

EXISTE INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR?

Jorge Paulo Gomes de Carvalho, Larissa Barros de Lima, Ana Carolina Santana de Oliveira

Docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso, Brasil.

Graduada em Licenciatura Educação Física pela Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso, Brasil.

Docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso, Brasil.

jorgepaulo.carvalho@fasete.edu.br

Resumo: O princípio da inclusão visa o desenvolvimento de uma prática educacional que promova a inserção e participação de forma lúdica e adequada as dificuldades do aluno durante a aula. A Educação Física Escolar proporciona aos alunos com Síndrome Down desenvolvimento global de todas as características físicas e cognitivas. A falta de materiais e a infraestrutura de baixa qualidade do local interferem de forma negativa no planejamento pedagógico, afetando a inclusão durante as aulas de Educação Física, como também a ausência de capacitação sobre o caso clínico do aluno com Síndrome de Down e suas possíveis limitações.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Síndrome de Down. Inclusão.

IS THERE INCLUSION OF STUDENTS WITH DOWN SYNDROME IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES?

Abstracts: The principle of inclusion aims the development of an educational praxis that promotes inclusion and participation in a ludic way, adapted to the difficulties of students during class. Physical Education can provide students with Down Syndrome a global development of physical and cognitive characteristics. The lack of tools and good structure, as well as the lack of preparation about the condition of students with Down Syndrome and their eventual limitations, may affect negatively the pedagogical planning, interfering in the inclusion during physical education classes.

Keywords: Physical Education. Down Syndrome. Inclusion.

1. Introdução

A Educação Física Escolar (EFE) ao longo de sua história vem se modificando, conquistando cada vez mais respeito e espaço na escolarização, proporcionando a descoberta de diversas possibilidades corporais, desenvolvimento de atitudes positivas, comportamentos adequados a sua prática, o conhecimento, a compreensão e análise relacionada a cultura corporal de movimento, (BETTI; ZULIANI, 2002). Na década de 1950 surgiram escolas especializadas e classes especiais e com predominância ao atendimento de alunos com deficiências. Após esse período surgiram as discussões da normalização para que as pessoas com comprometimento intelectual assemelhem-se as condições normais da sociedade (ALCIATI, 2011). Os termos integração e inclusão encontram-se nas diversas formas da sociedade, no início da década de 1980 iniciou no Brasil uma integração progressiva mediante aceitação do deficiente na escola e na sociedade, considerando fundamental que os alunos com necessidades especiais fossem inseridos nas escolas regulares (NETO; SILVA, 2008). Entretanto, surge o princípio da inclusão com a Declaração de Salamanca, na década 1990, como uma quebra paradigmática nos sistemas educacionais, promovendo a superação ao modelo de integração. Portanto, a escola procura meios de adaptação e inserção desses alunos e não mais o aluno se adaptar às propostas escolares (ESPANHA, 1994). Os professores devem ser preparados para aceitarem as dificuldades desses alunos que se projetam de forma individual, propondo o ensino e a superação as diferenças. Da mesma forma programar e avaliar um programa de formação continuada para o professor, para torná-lo mais autônomo, com a utilização de práticas pedagógicas mais centradas às características do indivíduo. O aluno com SD, pode apresentar diferenças em quatro áreas: área motora indo caminhar tardiamente. área global alterações na motricidade fina, na área cognitiva dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos, capacidade memorização, na área linguística dificuldade de comunicação e resolução de problemas. Porém, pode apresentar os mesmos resultados escolares que outros alunos. A melhor forma de promover a interação social é colocando os alunos em contato com seus pares da mesma idade cronológica, para participar das mesmas atividades,

aprendendo os comportamentos, valores e atitudes apropriados da sua faixa etária (TÉDDI, 2012). A partir dessas considerações, o estudo propõe identificar se existe inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física. Estabelecendo como hipótese que ausência de materiais e infraestrutura adequada, afeta negativamente o planejamento pedagógico do professor de Educação Física. Pela Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989 (BRASIL; 1989) dispõe de inclusão no ensino regular, lazer, saúde, previdência social, interação social e afastamento do preconceito sob pena de reclusão de até 1 a 4 anos por descumprimento da norma. Os professores devem ser preparados para aceitarem as dificuldades desses alunos que se projetam de forma individual, propondo o ensino e superação das diferenças e necessidades especiais. Da mesma forma o professor sendo equipado com recursos didáticos, para fornecer um programa de formação continuada com práticas pedagógicas, centrada nas necessidades do aluno (ALCIATI, 2011). O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, propõe que o princípio da especificidade afetiva, social e cognitiva devem estar embasados, no respeito às diferenças individuais, econômicas, étnicas, religiosas e culturais. Ofertando o direito ao brincar, na sua forma de expressão e comunicação com participação de diversas práticas sociais, sem discriminação. O professor deve propor a interação de crianças de faixa etária distinta, estimulando a capacidade das relações com o outro, respeitando a individualidade com graus de desafios que se aproximem da realidade, impondo a aprendizagem como resolução de problemas (BRASIL, 1998).

2. Síndrome de Down

Os primeiros relatos sobre a SD foram evidenciados entre 1864 e 1866 por John Langdon Down, cujo trabalhava em uma clínica para crianças com atraso neuropsicomotor (FRANÇA; MARTELLO, 2016). A SD é caracterizada como uma anomalia genética mais recorrente em todo mundo, ocorrendo com ou sem histórico familiar da síndrome, indivíduos com características bem diferentes entre si, traços recorrentes de familiares, diferenças genéticas influenciam no desenvolvimento do sistema neurológico, psicológico e físico da criança SD (SILVA; VÂNIA; ROSSI, 2000). A combinação de DNA, que é constituído por uma alteração em parte do genoma, geralmente afetando um único cromossomo, causando desordem numérica na estrutura do cromossomo. A irregularidade de transmissão, causada pelo comportamento anômalo do cromossomo durante o processo da meiose. O indivíduo com cromossomo extra, denominado Hiperlipidemia, com cromossomo ausente Hipoploide. A deleção é detectada, por análise citológica (SIMMONS, 2013).

A SD é causada por três tipos de comprometimentos

cromossômicos, Trissomia Simples, causada por não disjunção do cromossomo durante a divisão da meiose. A Translocação é a transferência de um cromossomo, unindo-se a outro. Mosaicismo o indivíduo apresenta percentual de células normais, com 46 cromossomos; e outro no mesmo indivíduo com 47 cromossomos (MUSTACCHI; ZAN, 2000). Inclusive, surgir uma nova mutação, durante a divisão celular da linhagem germinativa (TURNPENNY; ELLARD, 2009). Os riscos passam de 1 em 1500 para mulheres jovens e acima dos 40 anos 1 em 100 (SIMMONS, 2013). Indivíduos com SD, costumam ser acometidos com instabilidade atlanto-axial, frouxidão ligamentar generalizada, maior mobilidade da coluna cervical, principalmente durante atividades com movimentos de flexão e extensão, gerando compressão medular (ALVES; ARRUDA, 2016).

3. Implicações para a prática pedagógica da Educação Física Escolar

Crianças com SD com participação ativa, durante aulas de EFE, obtém aperfeiçoamento da personalidade, por meio de atividades variadas: brincadeiras, esportes, jogos de forma lúdica, onde a criança possa lidar com fracassos e erros. Contudo, é importante que o professor tenha: os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno; se a deficiência é transitória ou permanente; as funções e estruturas que estão prejudicadas nos diferentes aspectos do desenvolvimento humano (CIDADE, 2014). O autor ainda recomenda investigação com Raio X lateral da coluna cervical, flexão e extensão dentro da máxima amplitude de movimento possível, antes de entrar na prática da atividade motora. Devido à instabilidade atlantoaxial e coxofemoral que as crianças SD originadas da síndrome. Algumas atividades sendo de risco para esta parcela de SD são, ginástica olímpica, salto em altura, nado golfinho, mergulho, alguns exercícios de aquecimento que causem o stress da região cervical e esportes de contato direto. Durante a formação acadêmica alguns professores relatam não vivenciar a disciplina de Educação Física adaptada de forma que envolvesse o âmbito escolar ou não terem nenhuma vivência física durante a participação dos estágios que a universidade ofertava. A administração escolar, não notifica os professores Educação Física sobre a matrícula desses possíveis alunos, disponibilidade precária de materiais, perante a quantidade de alunos, não havendo local específico para as aulas, a depender do clima impossibilitando a prática de atividades no local; piso irregular aumentando os riscos de acidentes (FIORINI; MANZINI, 2014). O corpo docente deve discutir com os professores sobre conteúdos aplicados durante EFE, objetivos e práticas pedagógicas, para desenvolvimento das propostas da EFE. Além disso, a avaliação do aluno deve ser feita pelos estágios da aprendizagem motora, global e linguística, pois é de fundamental importância nos processos da comunicação, como o feedback entre aluno professor, onde o professor deve conhecer, e explorar as potencialidades do aluno, aperfeiçoando déficits na realização da tarefa, propondo aprendizagem através da visualização do movimento do outro, diagnosticando evoluções e dificuldades (CASTRO; SOARES, 2014).

A atribuição da EFE no quadro docente escolar, objetiva melhorias na qualidade de vida, desenvolvimento motor, intervindo na aceitação e adaptação da atividade. Porém, na prática, as escolas brasileiras não realizam alterações no espaço físico para o recebimento do aluno com deficiência, negando a adesão ao planejamento pedagógico. Outro fator, são dificuldades enfrentadas na rede pública de ensino, ausência de profissionais capacitados, falta de matérias, infraestrutura escolar inadequada, dificultando a aplicação das aulas EFE (ALVES; DUARTE, 2012). Alguns alunos demonstram resistência às aulas, negando a socialização com os que possuem alguma deficiência. Os professores podem mudar esse quadro, transpondo informações mais amplas sobre a SD (FIORINI; MANZINI, 2014). A EFE precisa se atentar a problemática das condições do trabalho docente, para que possa suprir as deficiências estruturais (CASTRO; SOARES 2014).

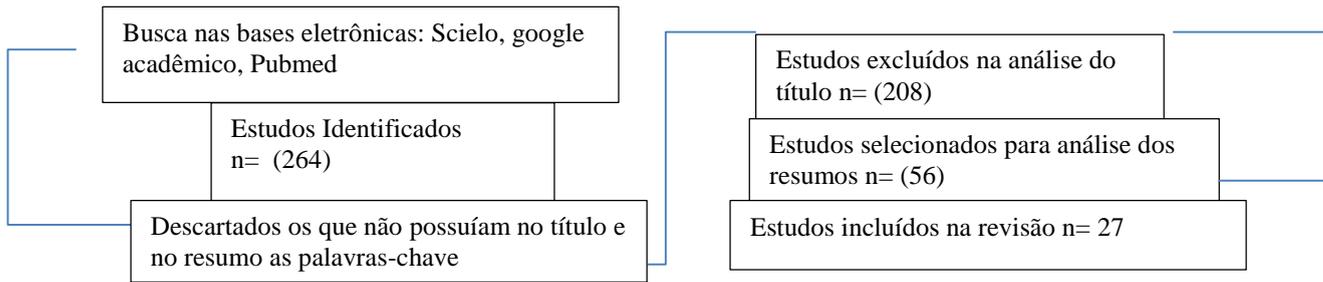
4. Inclusão da SD no Ensino Regular

Inclusão postula recrutamento do sistema de ensino para uma escola aberta para todos, sem distinção de raça, classe, gênero e diferenças individuais. Construída pela

interação com objetos e interação social. Influenciando no desenvolvimento biológico, por meio de estímulos do ambiente, como o ensino na escola (JÓFILI, 2002). A criança passa por vários estágios durante o desenvolvimento motor, é importante proporcionar um ambiente harmonioso onde a criança possa desenvolver seu comportamento sensório motor, utilizando atividades organizadas, havendo uma interpretação entre família, educandos no meio escolar, um ensino que não negue atenção a criança, encontro do lúdico, na primeira infância principalmente (SILVA; FERREIRA, 2001). O processo de inclusão do aluno com deficiência deve ser uma preocupação constante. A inclusão escolar não inclui somente desempenhar as atividades propostas em sala, mas em participação de forma ativa, estruturação das relações sociais com colegas de classe, abrangendo a inclusão da criança no ambiente (ALVES; DUARTE, 2012). A EFE enquanto componente curricular da Educação básica deve introduzir o aluno na cultura corporal de movimento, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas, das ginásticas, práticas de aptidão física, melhorando a qualidade de vida (BETTI; ZULIANE, 2002). O desenvolvimento de uma criança com SD, difere pouco do desenvolvimento das demais, dessa forma frequentar uma escola de ensino regular, convivendo com outras crianças sem a síndrome irá colaborar no seu desenvolvimento, essa convivência é positiva para as outras crianças, irão crescer respeitando as diferenças.

A Educação Física visa o desenvolvimento global do ser humano, propondo um conjunto de atividades diversas, implementando capacidades que são indispensáveis para vida ativa e saudável (FERNANDES, 2016). Parte dos conteúdos da Educação Física ainda é negado aos alunos pela falta de estruturação das aulas, a qual não contempla a vivência dos elementos da cultura corporal do movimento. Com relação à Luta, a escassez escolar deve-se às precariedades na exploração das aplicações pedagógica, diferente da aula de dança que demonstra benefícios por ofertar maior vivência, a criança pode se expressar em diferentes ritmos musicais, permitindo a descoberta de novos movimentos, comunicação, respeito a individualidade, recriando novas realidades. Associado ao esporte, o jogo, propondo a participação ativa dos alunos com alguma deficiência, demonstrando prontidão nas atividades, enquanto expressão corporal e não como busca de técnicas robotizadas (CARVALHO; ARAÚJO, 2017). Fatores que levam a falta de inclusão do aluno com SD estão relacionados: família, escola e o professor. Os alunos com SD apresentam dificuldade na interação social em sala de aula, diferente da aula de EFE, estimulando a psicomotricidade em situações diversificadas baseada nos conceitos da ludicidade, desenvolvendo habilidades, reconhecimento de objetos, forma, tamanho, cor e som. Crianças com SD tem preferência por situações divertidas, brincadeiras com água, atividades musicais, histórias, imagens, estimulação a participação ativa perante os outros alunos (DIEGUES et al., 2018) a intervenção acontece como algo prazeroso e não como obrigação (FERNANDES, 2016). A criança SD apresenta dificuldades no ritmo de aprendizagem, necessitando da adoção de propostas curriculares que visem a estimulação precoce de forma dinâmica e gradual. Não é aconselhável atividades complexas para a criança SD, podendo ocasionar frustração, impedindo a continuidade do processo de inclusão (LOPES, 2009).

O professor deve propor ao aluno SD exercícios extras, demonstrando sua evolução nas atividades realizadas. Tornando as aulas de Educação Física algo prazeroso, auxiliando também na prevenção de doenças congênitas, presentes nesses indivíduos. As tentativas de inclusão são de extrema valia para o aluno principalmente no trato social, o maior desafio é envolver familiares e todos os outros no seu desenvolvimento como pessoa e cidadão (ARRUDA; ALENCAR, 2014). Com isso nota-se, que o comportamento é resultante do somatório de experiências passadas, influenciando na construção da sua personalidade (ORNELAS; SOUZA, 2001). Uma vez que, crianças costumam apresentar equilíbrio frágil, atraso habilidades motoras, problemas no controle postural, a estimulação psicomotora EFE pode reverter o quadro clínico SD, favorecendo a motricidade fina e global, equilíbrio, esquema corporal, organização temporal (FERNANDES, 2016).



5. Metodologia

Foram realizadas buscas nas bases de dados eletrônicos nacionais e internacionais como: Google acadêmico, Scielo, PubMed, buscando artigos científicos sobre o tema utilizando as seguintes palavras-chave: Educação Física Escolar, Síndrome de Down, Inclusão. A partir das bases acima, foram selecionados artigos, nas línguas portuguesa e inglesa, que possuíam no título e no resumo as palavras-chave. Um outro critério de inclusão para a amostra, foram os trabalhos publicados no período entre 2000 a 2019. Os trabalhos que não possuíam as palavras chave no título ou resumo e os publicados fora do período estabelecido, foram excluídos da amostra.

Inclusão EDE	Infraestrutura	Capacitação Professor
ALCIATI, (2011) (ALVES,DUARTE,2012) (ARRUDA;ALENCAR, 2014). (BRASIL,1998). (BRASIL, 1989) (CARVALHO; ARAÚJO, 2017) (JÓFILI, 2002) (SILVA;FERREIRA,2001) (SOUZA, PAULINO, 2009) (FERNANDES, 2016) (BETTI;ZULIANI, 2002) (ESPANHA ,1994) (TÉDDI, 2012)	ALVES; DUARTE, 2012). CASTRO; SOARES 2014). LARA; PINTO, 2016). (SALVADOR, 2014) DAMÁSIO; SILVA,2008).	(ALCIATI, 2011) (CIDADE, 2014). (CASTRO; SOARES, 2014). (FIORINI;MANZINI,2014). (FERNANDES,2016) (SALVADOR,2014) SILVA;FERREIRA;2001)
Características para haver danclusão nas aulas de EDE	Influência das condições de infraestrutura na EDE.	A falta de Conhecimento sobre a SD e as implicações durante o processo de inclusão na EDE.
Administração escolar (PREDERIGO; FERNANDES; ALMEIDA; CARVALHO, 2018). (DIAS;DRAGO, 2018). Falta de apoio e comunicação sobre SD aos professores.	Características SD ALVES; ARRUDA, 2016). SIMMONS,2013 (MUSTACCHI; ZAN, 2000) DIEGUES et al., 2018) Lopes,2009 ORNELAS; SOUZA, 2001).	

	Descrição das características da criança com SD	
--	--	--

6. Resultados e Discussão

A busca nas bases de dados Scielo, google acadêmico, Pubmed, apresentou 264 publicações, posteriormente foram selecionados para análise do resumo e do tema mediante os critérios de exclusão estabelecidos, durante a análise do título 208 foram excluídos, cerca de 56 foram selecionados para análise do resumo, sendo escolhido para essa revisão um total de 27 publicações que atenderam aos critérios de inclusão. Para contribuir nos resultados dessa pesquisa, o artigo propõe uma reflexão com autores no embasamento teórico que discutem a Inclusão e todo o processo de aprendizagem dos alunos com SD, sendo descartados aqueles que não evidenciam a síndrome no contexto escolar nas aulas de EDF. Segundo (SOUZA, PAULINO 2009), frequentar uma escola de ensino regular com o convívio com outras crianças não com síndrome irá colaborar com a construção de uma convivência positiva para as demais crianças, fazendo com que cresçam respeitando as diferenças. Com isso, os professores relataram que por meio da observação do aluno durante as aulas não foi detectado limitações físicas para nenhuma atividade. No entanto, planejamento padrão para os alunos com e sem a síndrome, realizando possíveis adaptações para que haja acessibilidade na conclusão da tarefa. A aula de EFE facilita as relações sociais, por ter um conteúdo flexível com relação as outras disciplinas (FERNANDES, 2016).

Para os autores, (SILVA; FERREIRA;2001) é importante o conhecimento do caso clínico do aluno pelo professor, algumas atividades serem contraindicadas para alunos com SD, ofertando riscos, pelas condições clínicas: instabilidade atlantoaxial, coxofemoral, frouxidão ligamentar e a hipotonia muscular. Segundo, Alciati, (2011) o trabalho com crianças deficientes não requer uma especialização, mas sim, o aprimoramento do professor no ensino e aprendizagem para que seja capaz de identificar as dificuldades, havendo inclusão. A administração escolar transpassa ao professor que há o caso clínico do aluno em determinada turma, porém as informações sobre possíveis dificuldades, devem ser evidenciadas durante a prática EFE, requer total observação do professor, por isso a falta de conhecimento específico, interfere no processo de inclusão EFE. A prática educacional específica, promove a participação de forma lúdica, adequando as dificuldades do aluno, visando reduzir os problemas e equiparar as condições para todos durante a EFE (ALCIATI, 2011). O conteúdo deve ser aplicado conforme o aluno compreende, executando dentro dos seus limites, direcionando maior apoio com feedback das dificuldades encontradas, dialogando diretamente com o aluno, posteriormente com os profissionais da instituição, visto que, os próprios professores evidenciaram a carência de informação (PREDERIGO;FERNANDES;ALMEIDA;CARVALHO, 2018). O diversos conteúdo da EFE transpõem novas propostas de inclusão para o aluno SD, (CARVALHO; ARAÚJO, 2017). Visualizando as reações das crianças durante as brincadeiras é possível identificar interesses, necessidades e atitudes, postulando novas formas de estimulação (DIEGUES ET AL., 2018). Fernandes, (2016) afirma que as aulas de EFE são de fundamental importância para o desenvolvimento de crianças com SD, contudo, deve se atentar aos problemas oriundos da síndrome, o que requer mais cuidados e conhecimento sobre o caso clínico do aluno. Os professores trocam informações, mais ainda falta a estrutura pública se colocar a frente para prepará-lo, a escola inclusiva precisa contar com a participação de professores, funcionários, familiares, auxílio da própria comunidade (ALCIATI, 2011). Um dos autores, afirma que durante a transição do aluno com SD do ensino infantil para o fundamental, a falta de preparo do profissional, ausência institucional e ausência do lúdico durante o período de aprendizagem, são evidências que não existe inclusão no âmbito educacional (DIAS; DRAGO, 2018). Salvador, (2014) relata que a inclusão é possível durante as aulas de EFE, no entanto, os professores não se acham preparados para atuar com alunos deficientes, todos os professores usam a mesma metodologia, adaptando atividades de acordo com a complexidade, necessitando de um segundo professor para auxílio, como também as escolas estão precárias frente ao espaço físico. Todas as práticas motoras fazem parte de um processo de reeducação, atrelados aos processos cognitivos, salientando a importância de um ambiente adequado, recursos materiais, estrutura física, profissionais capacitados (LARA; PINTO, 2016). A qualidade das instalações escolares, influência de forma negativa a aprendizagem e o desenvolvimento das propostas curriculares, o espaço físico é material riquíssimo e está sendo totalmente desprezado, esforços dos professores por mais criativos que sejam podem fracassar por não haver condições adequadas para trabalhar (DAMÁSIO; SILVA,2008).

7. Considerações finais

Foi evidenciado que alunos com SD participam das aulas de EFE, porém, essa participação não deixa claro se o aluno com SD esta incluso no planejamento dos professores de Educação Física . A falta de materiais e a infraestrutura de baixa qualidade do local interferem de forma negativa no processo de inclusão durante as aulas de EDE, como também a ausência de conhecimento específico SD.

Sugestões para trabalhos futuros

Uma possibilidade para tornar a pesquisa mais próxima da realidade seria aplicar duas ou três ferramentas de coletas de dados, como ferramenta observacional e análise dos planejamentos de Educação Física além da entrevista, como também pesquisas com características longitudinais para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com SD durante o período de tempo mais prolongado.

Referências

- ALCIATI A. C. **Alunos deficientes em escolas regulares: inclusão ou exclusão?** Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2011.
Disponível:<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2366/1/2011_AngelaCristinaAlciati.pdf&ved=2ahUKEwjX4r_57e_cAhVJD5AKHftBCAQQFjAAegQIABAB&usg=AOvVaw1D-eJSxsSr98OM_oX27XwF> Acesso:15/08/2018.
- ALVES, M. L. T. DUARTE E. A Percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e do Esporte**. São Paulo, p.328-329, 2014. Disponível:<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/84074/86907> Acesso: 03/03//2018.
B&usg=AOvVaw0bZQ7CRVJcQTNcDRC_tNcw acesso: 8/10/2018.
- BETTI M., ZULIANI L. R. Educação Física escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. v. I, n. I, p.73-81.2002.
- CASTRO, J.L. R. SOARES, T. T. **Introdução à Educação Física**. 1ª edição Inta EAD – Egos, 2014.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei no 8.069/90 atualizado com a Lei no 12.010 de 2009 Inclusa Lei no 12.594 de 2012 (SINASE)**1 Publicado no Diário parcial da União, Julho.1990 Disponível:
<http://compassion.com.br/v2/wpcontent/uploads/2017/09/Compassion_ECA.pdf> Acesso: 18/03/201.
- Legislação informatizada lei no. 9.394,20 de dezembro 1996**. Diretrizes e bases da educação nacional.
- CARVALHO C. ARAÚJO P.F. **Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física**. Revista de la Fache. 2017.
- CIDADE, R. E., Educação Física e Inclusão: Considerações para prática pedagógica na escola. **Revista Integração-MEC- Obs.:** texto em publicação.
Disponível:<<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2014/09/INCLUSÃO-PRÁTICA-PEDAGÓGICA.pdf>> Acesso: 13/3/2018.
- DAMAZIO, M. S; SILVA, M. P. **O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão, Pensar A Prática**. Maio-agosto 2008. P.192. Disponível:
<http://escolar.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquideinclusao.pt/media/fl_9.pdf&ved=2ahUKEwjJsbW1ufcAhUJIJAKHWxsAPAQF>
- DIEGUES D.; SILVA J.R.S.; CARVALHO A. G.; FIAMENGI FIAMENGI JÚNIOR, G. A.; Blascovi-Assis S.M. O Modelo Lúdico em crianças com Síndrome de Down. **Psicologia Revista**. São Paulo, v. 27, n.1, p.151-170, 2018. Disponível:
<<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/33608&ved=2ahUKEwibneed6abkAhWMJrkGHbP6BGkQFjAAegQIBRAC&usg=AOvVaw1pp2CSGL4QGRwjov96LDHP>> Acesso: 14 agosto 2019.
- ESPAÑA, **Declaración de Salamanca**. Junho, 1994.Disponível:
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://reEwjnPGGifdAhXEKZAKHXtvDU4QFjAAegQIBhAB&usg=AOvVaw0kEMmKwWXYAe>>
- FERNANDES E.J.R. Educação física para escolares com síndrome de down, uma breve reflexão das possibilidades. (Monografia Licenciatura Educação Física) Faculdade de Ciências da Educação E Saúde – FACES, Brasília: 2016. Disponível: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/10733>> Acesso: 14 agosto 2019.
file:///C:/Users/151.19.003/Downloads/(cod2_984)6596fdd4d8114f40f1096960ac2f207b%20(1).pdf
Acesso:02/02/2018>
- FIORINI, M. L. S. & MANZINI, E. J. **Inclusão de alunos com deficiência na aula de Educação Física, identificando dificuldades, ações e conteúdo para promover a formação do professor**. Rev. Bras. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, Jul.-Set. 2014. Disponível:<http://dx.doi.org/10.1590/S141365382014000300006> 387 Acesso: 25/02/2018.
- FRANÇA. P. S. Alcemar Rodrigues Martello. A. R. **Abordagem sobre a Síndrome de down nos livros didáticos de biologia**. Revista Ensino & Pesquisa, v.14, n.02, jul/dez 2016, p. 96. Disponível:
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://periodichttp://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578>> Acesso:12/08/2018.
- JÓFITI Z. Piaget, Vygotsky, Freire a construção do conhecimento na escola, Educação. **Revista Teorias e Práticas**. Ano 2, n. 2 – dezembro,2002 p.191. Disponível: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7560/7560.PDF>> Acesso:

25/03/2018.

LARA, F. M.; PINTO C.B.C.C.; A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. UNICEUB- **Centro Universitário de Brasília**. Brasília, v. 15, n. 1, p. 67-74,2017.

Disponível: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/4293> Acesso: 08/10/2011.

MARCONI M. A. LAKATOS E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Editora, Atlas 5º edição, p. 195- 197, 2003.

MUSTACCHI, Z. PERES, S. (Org.). Z. **Genética baseada em evidências: síndromes e heranças**. São Paulo: CID editora, 2000. p. 817-894.

NETO, SILVA. Inclusão educacional de alunos com Síndromes de Down. **Revista Pensar a Prática**. vol. 11, nº2, 2008. Disponível: <https://www.revistasufg.br/feff/article/view/3607/4069>Acesso:12/08/2018.

ORNELAS.M.A. SOUZA.C. A contribuição do Profissional de Educação Física na Estimulação Essencial em Crianças com Síndrome de Down. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.12, n.1, sem.2001.Disponível: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3779>> .

SALVADOR B. S.; A inclusão escolar nas aulas de educação física: Dificuldades dos professores. (Monografia Licenciatura Educação Física) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

SILVA D.R., FERREIRA J. S., Intervenções na Educação Física em Crianças com Síndrome de Down. **Revista da Educação Física/UEM** Maringá, v. 12, n. 1, p. 69-76, 1.sem.Maio2001. Disponível: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/download/3784/2598> acesso:18/2/2018>.

SILVA, V. R. CEFAP - Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica. Aspectos Clínicos da Síndrome de Down. **Revista Motricidade Oral**, p. 11-52, Londrina,2000. Disponível:

<<http://www.clinicasabbadini.com/download.php?codigo=3RADsDqWaN3o5Cjq7VQIgGbu3PIP4eXZXnufSJ1SpV6jphzo3e>>

SIMMONS M. J. S.NUSTAD D. P. **Fundamentos de genética**. 6º edição, editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2013.

SOARES et al, **Metodologia do Ensino da Educação Física: Formação do professor**, ed. 2, editora Cortez, São Paulo,1992.

SOUZA M. V. PAULINO P. C. **A inclusão de pessoas com Síndrome de Down**. Universidade Tecnológica Federal, Paraná 2009. Disponível: <<https://www.researchgate.net/publication/261698452/download>> Acesso: 15/08/2018.

TÉDDE S. **Crianças com deficiência intelectual: A aprendizagem e a inclusão**, 2012. Dissertação de Mestrado em Educação - Centro Universitário Salesiano, São Paulo. Disponível:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://unisal.vos/117/o-ensino-da-educacao-fisica-e-o-espaco-fisico.pdf>>

Acesso: 25/03/2018.